

A EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR DIANTE DA PESSOA COM SURDEZ: Estudos introdutórios diante da ensinagem e aprendizagem significativa

Luiz Albérico Falcão¹

Resumo

A proposta deste artigo **A educação familiar e escolar diante da pessoa com surdez: estudos introdutórios diante da ensinagem e aprendizagem significativa** são apresentar e defender a necessidade de criação de um registro descritivo do processo educacional das crianças sinalizantes e com isto fomentar cada família com recursos e apoio educacional na educação da criança sinalizante. Ao identificar o nível de residual auditivo e reconhecer o potencial educativo inerente à qualidade das vivências e interações com a língua de sinais em acordo com os saberes maternos e familiares tem-se distinção e alteridade formativa do humano sinalizante. Isto reverbera para a escola que passa a ter um portfólio norteador das atividades e de como inovar a cada experiência apropriada com a historicidade do educando. Baseado em vivências com surdos sinalizantes de diversas idades e com as ações do Programa Ciranda Auditiva e da Técnica da Descrição Visual Sinalizada Aplicada idealizou-se este estudo introdutório que se espera, com esta construção teórica, fomentar familiares e educadores a melhor lidar com a educação das crianças sinalizantes. Enfim, informação e formação de Libras e educação de surdos para as famílias com crianças sinalizantes e professores como princípio de cidadania e direito de todos.

Palavra chave: Educação Familiar e Escolar de Surdos, Pedagogia e Andragogia, Surdez e Cognição Visual.

Introdução

É possível envolver, motivar e desenvolver ações, reflexões e aprendizagens de forma mais efetiva, eficiente e eficaz, quando o educando com surdez desperta para a dúvida, busca soluções, mostra-se instigado, motivado a buscar alternativas, possibilidades, saídas e soluções para novos questionamentos, interesses e valores.

Mas para isto ele precisa de um ambiente favorável ao desenvolvimento da comunicação sinalizada e que esta ocorra entre pessoas sinalizantes, independente se são surdas ou ouvintes. Do contrário, o processo permanece na retórica do “mesmismo” familiar e escolar do que pode ou não pode fazer, do que se quer ou não quer que se faça ou se deixa

¹ Doutor em Ciências da Educação, professor de Libras com vários livros publicados na área : Surdez, Cognição Visual e Libras : estabelecendo novos diálogos, 4ª, 2014 ; Educação de Surdos : ensaios pedagógicos, 2012

fazer. E isto é um mergulho perverso na superproteção e cerceamento do direito inalienável humano de se comunicar, interagir e inteirar-se com o mundo, de desenvolver limites e regras de convivência, de reconhecer-se sujeito e partícipe da sociedade nos diferentes espectros da vida em comunidade, bairro, lar em que estabelece relação de convivência e não apenas de vivência. De reconhecer e compreender a necessidade e o valor de se ter horário, regras, disciplina, limites, significado do sim e do não e do porque, do castigo e punição no canto da reflexão para tomada de consciência das ações que se coadunam com as reflexões e valores, da educação familiar como exemplo, modelo e repetição, da educação escolar como exemplo e preparação para a relação com a sociedade diante do advir humano em formação.

E tudo isto também deve ser trabalhado com a criança sinalizante. A incompetência em lidar com a comunicação sinalizada desencadeia na relação familiar e escolar superproteção e privilégios não estruturantes da subjetividade, agravam o egocentrismo e o isolamento, compromete a afetividade e a cognição até se instalar conflitos psicossociais frutos da relação primária familiar.

A comunicação sinalizada em Libras prescinde que seja padronizada e universalizada em todo o território nacional brasileiro e todas as famílias com crianças surdas de serem orientadas de como lidar com a educomunicação da criança sinalizante. E nada disto pode estar limitado ou refém, dependente de um intermediador, a motivação não pode estar nem está garantida no outro que sinaliza. É função e papel da família inserir a linguagem e a afetividade visuogestual na criança sinalizante.

1. O Protocolo Descritivo como Registro, Memória e Historicidade

A motivação é intrínseca ao educando, ao sujeito aprendente. É uma condição individual do estado de aprendizagem em todas as atividades quer na relação familiar, escolar ou laboral, permeia todas as atividades da vida diária e ao longo da vida.

Consideramos que é preciso construir um registro das atividades, reações e resultados obtidos a partir de um protocolo descritivo de fatos. Este memorial contém de forma minuciosa recursos históricos, atitudes e respostas da criança para cada ação.

Antes de tudo e ainda muito mais importante é definir o nível de surdez para poder construir correlações, definir metas e seguir com a estimulação precoce visuogestual sinalizada condicionada ao grau de assimilação e memorização da criança, ao residual auditivo presente.

Desta forma, não se pode definir ou rotular a todas as pessoas com deficiência auditiva ou simplesmente pessoa surda e fechar o prontuário, o diário familiar ou o diário de classe, sem acompanhar todo o processo histórico da criança sinalizante.

Informações relevantes como nível de surdez, de residual auditivo são fundamentais para serem definidas as ações e intervenções propositivas para cada sujeito que é único e diante da sinalização por conta da surdez, ainda mais específico. É, portanto, individual enquanto pessoa, mas com possibilidades de ser transferível o processo educacional enquanto nível de surdez para outras crianças no mesmo nível e condição.

Mas nada garante porque deu certo com o Leo dará com o Paulo ou a Mariana. Mesmo que com o mesmo nível de surdez, cada sujeito tem uma experiência multissensorial auditiva e visual familiar e de vivências que eliminam um padrão único e universal para todos os sinalizantes. Ou seja, a libras deve ser para todos enquanto segunda língua oficial do Brasil, Mas a qualidade da intervenção educacional diante de uma criança sinalizante que apresenta diferentes níveis de residual auditivo não pode ser com os mesmos métodos e estratégias, com a mesma receita para todos. E chamar a todos de “surdos” numa sala de aula como se fosse matriz de fundição e todos fossem iguais para aprender e responder é mais um crime da educação escolar brasileira.

Eis a importância de se construir um memorial das intenções, ações, reações positivas e frustrações com tudo o que se passa, até que se considere comum à situação e se invista em um novo projeto. Principalmente quando se trata de uma nova situação a ser apresentada, trabalhada, reconhecida quer pelos pais, quer pelos professores, com a criança sinalizante. Uma estratégia propositiva que utilizamos é através da Técnica da Categorização Associativa das Configurações a partir da Descrição Visual Sinalizada Aplicada - DVSA². O passo a passo contribui com a cognição visual de forma mais significativa na educação familiar e escolar das pessoas com surdez³.

O registro do processo pedagógico da criança sinalizante num modelo de portfólio para apropriação e compreensão pelo educador é uma iniciativa a ser considerada. Afinal estamos lidando com uma criança que interage e aprende diferente do comum e nem sempre se tem profissionais especializados conscientes desta variação cognitiva. E a inscrição na linguagem e na afetividade visuogestual⁴ favorece, segundo Solé (2005) o desenvolvimento

² Técnicas de Comunicação e de Aprendizagem, Tripé da aprendizagem: Demonstração – Simulação – Ação; Descrição Visual Sinalizada; Leitura de imagem. Acesso disponível em: <http://visaoinclusiva.com.br/PDFS/A%20TECNICA%20DA%20DESCRICA0%20VISUAL%20SINALIZADA.pdf>, site visaoinclusiva.com.br e descrita no livro Surdez, cognição visual e Libras, 2014 do autor.

³ Durante uma apresentação para surdos e ouvintes, os jovens surdos superaram as expectativas de aprendizagem quando foi apresentado o vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=9T2AwBgOkGw&feature=youtu.be>

⁴ Não defendemos porque a criança é surda, a pessoa do cuidador ouvinte ter que fechar a boca e manusear apenas com as mãos, gestos e expressões corporais. A boca é um orifício que contribui para a comunicação e expressão humana e animal. A pessoa ouvinte deve oralizar, mesmo que o interlocutor seja surdo. Muitos surdos com residual auditivo e oralizados emitem sons e fazem leitura labial a partir dos movimentos dos

do processo de cognição e aprendizagem mais significativa quando se considera o modelo mental e cognitivo de cada criança. Sendo assim, com o registro, pode-se considerar a variável do grau de surdez, o nível de residual auditivo em conjunto com os estímulos e as vivências visuogestuais construídas ao longo da infância e ao longo da vida segundo a qualidade das relações nos ambientes familiares, sociais e escolares que passam a ter mais sentido e valor dialogênico e sociogênico. E diante da criança com surdez severa a profunda bilateral⁵ quando a educomunicação ocorre de forma sinalizada, manual, imagética, envolvendo ação e dinamismo, a aprendizagem se dá de forma mais presente, plural e significativa. Afinal, podemos registrar, memorizar e aprender experiências auditivas não apenas através das orelhas, mas com a observação multissensorial sinestésica, com o corpo e as mãos sinalizar, falar, tocar, sentir, expressar, construir saberes ultrapassar as barreiras da comunicação oralizada. Trabalhar o imaginário da pessoa com surdez é mais uma possibilidade de liberdade e autonomia.

Para construir este registro é necessário ter o diagnóstico fechado com o grau da deficiência auditiva, identificado qual o nível de surdez (leve, moderado, severo, profundo), se a surdez é bilateral ou uni e quais as vivências o educando observou, interagiu, fez e repetiu como forma de aprendizagem significativa ao longo da vida.

1. A afetividade, cognição e culturalização diante da aquisição linguística

As crianças com surdez severa e profunda que não conseguem oralização desde a primeira infância manifestam e gestualizam diferentes reações e expressões corporais e faciais com sinais que podem ou não corresponder aos da língua de sinais oficial.

Na interação das crianças sinalizantes a comunicação das vontades, necessidades e interesses são exacerbados fisicamente no corpo com movimentos e olhares diretivos e compulsivos. Estes desejos empurram a criança no sentido de buscar, a todo custo, atender às

lábios. Contudo, alguns grupos de surdos extremistas estão radicalizando o discurso contra a oralização, de rejeição aos « não surdos » que não fazem parte da « cultura surda » e monopolizam princípios segregacionistas em defesa da « identidade surda pura » pela « desouvintização » e afastamento familiar quando crianças e adolescentes ouvintes para a construção de um « mundo surdo » hegemônico e eugênico. Este movimento contrário à convivência pacífica de diferentes com suas diferenças está publicada em <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag>. A condição de dependência e de indispensabilidade de intermediadores como os intérpretes de libras por parte de alguns setores da sociedade com surdos tem gerado uma relação de fidelidade na intermediação porque passam a ser, os ILS, “protegidos” e reféns da comunidade surda. Justificam porque são os “únicos” que os compreendem e intermediam na comunicação com o “mundo dos não surdos” ou como costumam dizer de forma pejorativa e descabida: “ouvintistas”. Este é um discurso e modelo segregacionista de exclusão disfarçada de inclusão, não resolve a problemática da diferença e da falta/falha de educomunicação o que torna a relação perversa, comercial e repleta de interesses e privilégios bilaterais.

⁵ São quatro os níveis de surdez : leve, moderada, severa e profunda, e ainda ocorre variação uni e bilateral, e ainda, quando ocorreu a surdez se em idade pre-linguística ou pós-linguística. Toda esta gama de variações determinam experiências educacionais diferenciadas e distintas.

suas vontades, interesses e necessidades. Desde o impulso corporal com olhar fixo no que deseja⁶ até o recurso do choro como dizendo: “vem para mim, quero você⁷”. Isto é percebido já aos oito meses.

Sem um ambiente propício para sinalização, a criança com surdez interage e se comunica com a criação de sinais caseiros reconhecidos e circunscritos ao reduto familiar e social de convivência daquela criança⁸, e ao se relacionar com outras crianças sinalizantes de lugares diferentes estabelece-se o caos e vale a força do mais forte e a intervenção de um adulto que decide o que fazer sem dialogar nem conferir cunho educacional, apenas manda e comanda. Os saberes maternos devem ser respeitados, mas apenas oralizar sem a consciência de que a criança sinalizante aprende através da linguagem visuogestual é uma necessidade de sobrevivência, integridade e dignidade da criança com surdez severa e profunda bilateral.

E quando chegar à idade escolar, cada criança sinalizante com sua bagagem de sinais caseiros e distintos para cada situação, mais uma vez o caos se instala na sala de aula⁹. Até que seja padronizada a comunicação tudo permanece no “acho que ele quis dizer isto”. Esta “incompetência” familiar que reverbera no espaço escolar está caracterizada pela falta de informação e formação familiar e do docente. Este descaso informativo e formativo desencadeia um processo de superproteção e privilégios nocivos ao desenvolvimento e estruturação da subjetividade e da afetividade. Exacerba e retarda ainda mais o egocentrismo e o isolamento da criança e faz que ela não seja preparada para lidar com a sociedade. Quando muito, coloca-se um profissional intérprete intermediando a relação, mas que não tem o perfil nem a formação de educador.

Se a família conhecesse a Libras e como lidar com a educação de uma criança sinalizante tudo passaria a ser menos traumático, mais normal e integrativo na compreensão da condição do filho conforme descreve Falcão (2014, p.167) em seus estudos com familiares

⁶ Observamos um bebê com surdez de oito meses no colo da mãe querendo ir para os braços do pai : olhar fixo para ele e impulsionando o corpo para a direção do pai com balbucios ham.. ham... ham...com força para frente até iniciar um choro por não alcançar seu desejo, enquanto que a criança ouvinte emitiria o som : pa..pa..pa..pa e os mesmos movimentos.

⁷ Acompanhamos esta criança surda desde os três meses de idade que nasceu normal e saudável, mas que adquiriu coqueluxe aos 15 dias de vida e foi prescrito antibiótico azitromicina o que resultou na surdez como seqüela da droga que é ototóxica.

⁸ O pai do bebê surdo de oito meses ensina que tomar banho é a mão na cabeça batendo suavemente. Outros ensinam que é esfregando a mão no corpo.

⁹ A professora relata que o menino com 10 anos chegou na escola fazendo sinais de arriar as calças para definir o banheiro. Pegava os materiais dos colegas sem pedir e ainda levava para casa. Passa muito tempo na janela olhando para a rua, apontando para o que via e olhando para dentro da sala como se dissesse “olha ali”.

de crianças sinalizantes: “foi tudo tranquilo, eu já tinha amigos surdos, não senti impacto”; “tudo é normal, as pessoas é que tornam complicado”.

Sem trabalhar o processo de ensinagem e aprendizagem consciente e integrativa do mental humano, a comunicação sinalizada pode ser apenas uma repetição de gestos e sinais caseiros sem consistência nem coerência conceitual e intelectual sociogênica.

Sem conhecerem nem receberem orientação nem apoio de como lidar com a criança sinalizante muitos pais chegam a rejeitar e/ou temer a criação dos seus filhos e declaram: “Fiquei quase louca, ele tinha quatro meses, agora aceito”; “Chorei bastante na hora, depois me preocupei só em cuidar”; “Fiquei arrasada ele tem nove anos e ainda não acredito que é surdo”; “Fiquei em pânico ele tinha três anos quando descobri, demorei a cuidar; “Só aceitei depois de quatro anos” (idem). O Programa Ciranda Auditiva¹⁰ leva a proposta de trabalhar com apoio e orientação familiar e formação dos profissionais da Saúde e da Educação a lidar com a pessoa sinalizante.

O desenvolvimento e aquisição da fala sinalizada podem caminhar no mesmo nível de aprofundamento linguístico observado pela criança ouvinte. Por exemplo, o apontar para um objeto, mexer com as mãos e puxar para o corpo é uma forma de dizer: “está vendo aquilo ali? Eu quero para mim!”

As famílias, pais e cuidadores de crianças surdas com nível severo e profundo não podem esperar que a criança oralize naturalmente. Eles têm que reestruturar os saberes, valores e relações de forma sinalizada para desenvolverem na criança sinalizante a comunicação visuogestual reconhecida por todos. Afinal, existe a língua Libras para reconhecimento e acesso a todos os brasileiros e eliminar, definitivamente, preconceitos do tipo: mexer com as mãos e o corpo é “língua de macaco” ou coisa de “doido”.

Através de leituras de imagens, exposições dialogadas sinalizadas de estudos de caso videogravados com apresentação minuciosa e detalhada de imagens com simulação de ocorrências e a produção e discussão de videogravação feita com objetivos educacionais é possível ressignificar o cotidiano familiar e escolar da pessoa sinalizante que passa a se comunicar de forma consciente, autônoma e comum com todos.

Mas tudo é um processo qualitativo que ultrapassa o modelo aleatório dos sinais caseiros, para a formação da comunidade familiar, social e escolar. Pais e professores devem receber informação e formação em Libras e, principalmente, de como as crianças sinalizantes

¹⁰ Programa Ciranda Auditiva : <http://cirandaauditiva.com.br/>

apreendem o mundo, como as pessoas com surdez nos diferentes níveis de residual auditivo precisam e podem interagir para uma vida plena e cidadã.

É preciso reconhecer a necessidade de adequação estrutural do processo educacional sinalizante, reconhecer a surdez do outro sinalizante (severo e profundo) como um aspecto limitante e que requer uma pedagogia¹¹ e andragogia diferenciadas na formação psicossocial, afetiva, cognitiva, pessoal para o coletivo harmônico da formação humana e profissional do sujeito com diagnóstico de deficiência auditiva severa e profunda.

É preciso tomar consciência da necessidade de se identificar o nível de surdez para trabalhar a cognição visual com especificidade e efetividade como requer na educação dos sujeitos surdos nível severo e profundo. Do contrário, muito pouco teremos como retenção, memória e aprendizagem significativa. Principalmente, quando a deficiência auditiva é bilateral e se o diagnóstico é de nível severo e profundo, se a pessoa não faz uso de aparelho auditivo nem consegue desenvolver leitura labial propositiva. Na maioria dos casos, lamentavelmente, tornam-se reféns de intermediadores que viabilizem a informação e a comunicação.

Aprender a Libras não pode se limitar às pessoas com surdez severa e profunda. A comunicação sinalizada em Libras é um recurso educacional integrante da integridade do cidadão sinalizante e contribui para a sua inserção e inclusão em todos os ambientes sociais e com todos. Portanto, aprender Libras é uma necessidade social de todos os brasileiros e aprende-se a Libras desde a primeira infância com a família, independente se os pais são surdos ou ouvintes. Afinal, a Libras é patrimônio nacional como segunda língua oficial do Brasil e pertence a todos os brasileiros.

É direito e oportunidade de socialização e dialogênesis da criança surda. Aprender a Libras desde os primeiros anos de vida com a família.

Está equivocada e é perversa a ideia de que a criança surda vai aprender libras e a “cultura surda” na comunidade surda ou na escola bilíngue de surdos distante da família ouvinte.

Invariavelmente e prioritariamente o diagnóstico da surdez deve ser precoce para que as famílias com crianças surdas recebam orientação e apoio do poder público e da sociedade em geral, dos serviços de Educação e Saúde de como lidar com esta condição e realidade familiar de se ter uma criança com deficiência auditiva na perspectiva de construir e constituir

¹¹ A Pedagogia e Andragogia são ciências que estudam a educação humana. A pessoa surda está inserida neste modelo educacional. Não defendemos, com alguns grupos e associações extremistas de surdos a « pedagogia surda » como se não fossem humanos e pertencessem a um mundo isolado e independente.

o ambiente familiar permeado pela nova cidadania inclusiva com acolhimento e amor, sem superproteção nem privilégios, com igualdade e comunhão sem segregação.

Ao reconhecer os sinais da Libras em diferentes ambientes e estabelecer a comunicação sinalizada com usuários surdos, o cidadão ouvinte interage com mais eficiência e eficácia nas situações, conflitos e ocorrências do cotidiano.

A criança surda tem que aprender Libras na relação e interação com a cultura familiar. São os pais, independentes se surdos ou ouvintes que inserem a linguagem, a afetividade, os valores, a educação, os sentimentos, a cultura da família e da comunidade onde convivem com outras culturas familiares e assim constroem história na interculturalidade. Contudo, da forma como estão defendendo alguns surdos extremistas em associações de surdos, instituições de ensino e federações, a mono “cultura surda” baseada em tecnologias e rejeição às pessoas não ouvintes é segregacionista, excludente e infanticida.

O que se espera com esta tomada de consciência coletiva é transformar cada ato e cada sinal em diálogo, respeito e cidadania. Principalmente quando o outro passa a perceber-se acolhido e respeitado com dignidade e cidadania.

1.1 A inserção dos sinais na Língua Brasileira de Sinais - Libras

Sabemos que muitas pessoas ainda não acreditam que movimentos das mãos com gestos e expressões faciais tenham algum significado linguístico. Outras ficam olhando de lado e muito curiosas sem saber o que aqueles movimentos querem dizer.

Da mesma forma que ocorre a comunicação manual sinalizada entre comandos policiais de cobertura e intervenção, entre mergulhadores imersos nas águas dos rios e mares, existe a comunicação sinalizada entre surdos e ouvintes. As pessoas com níveis de surdez severo e/ou profundo, geralmente bilateral e que não conseguem oralizar naturalmente, também se comunicam com gestos e expressões corporais, mas estes sinais nem sempre correspondem aos oficiais da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As pessoas com deficiência auditiva severa e/ou profunda bilateral e que não adquirem a oralização naturalmente com a família aprendem a expor suas ideias e observações do mundo expressando com as mãos e o corpo os fenômenos observáveis, visíveis e sentidos a partir da relação com a natureza, com os objetos e coisas que se movimentam e, com as mãos e o corpo repetem os atos e assim se comunicam com o mundo. Não restam dúvidas de que esta aprendizagem é natural. Mas o conhecimento humano não está limitado apenas ao que se vê naturalmente, sem explorar, sem investigar, sem pesquisar, sem estudar o conhecimento humano.

É certo que alguns desses movimentos correspondem aos sinais da Libras e/ou classificadores que incorporam a ação. São os sinais icônicos da língua de sinais, mas nem tudo perpassa por este princípio linguístico. É preciso que a Libras seja regularmente trabalhada, ensinada e dialogada no ambiente familiar, a exemplo de como ocorre com a estruturação e construção da língua oral para que novos saberes possam agregar o cotidiano da criança sinalizante sem se limitar aos valores concretos, primários e primitivos.

Sem abrir o mental para o novo e para o mundo a mente humana fica limitada e medíocre com conhecimento primitivo e monocular do que apenas é visível aos olhos e captado por sensações físicas. Mas o cognitivo da pessoa sinalizante não está comprometido, resta então trabalhar de forma efetiva com eficiência e eficácia para que se construa cognição, saber e autoconsciência individual e coletiva.

Para isto, todas as famílias com crianças surdas devem aprender a educomunicação em Libras de forma a estimular e trabalhar precocemente com seus filhos sinalizantes. Afinal, muito se discute se as inserções da linguagem e da afetividade ocorrem ainda na vida intrauterina.

Então não é apenas a Libras que deve ser trabalhada, mas sim e muito mais, como lidar com a afetividade visuogestual, a educomunicação da criança para que ela se constitua e construa sua linguagem comunicacional com respeito, autonomia, liberdade, afetividade, interação, integridade e inteireza. Portanto, tudo isto passa por um processo de ensinagem e aprendizagem, de alfabetização familiar dos sinais da Libras e de como educar uma criança sinalizante.

Diante da gama de saberes produzidos pelo homem, do conhecimento que é universal, multidimensional e multicultural, na realidade, muito pouco ocorre de forma natural e espontânea ou se manteria a humanidade na superficialidade e mediocridade dos saberes, independente da língua ser oral ou de sinais.

Quando ocorre interação entre pessoas que gestualizam e sinalizam em Libras compreendendo, interpretando e se comunicando entre si através da utilização dos sinais da Libras como padrão nacional é possível comparar e de forma análoga atingir os mesmos níveis de compreensão entre surdos de várias regiões. Contudo, a falta de padronização da Libras e o sentimento de “propriedade” que muitos surdos e intérpretes de Libras - ILS assumem como “donos” da Libras interfere negativamente na universalização e na padronização comunicacional, na dimensão e amplitude que esta comunicação poderia atingir.

Conflito maior existe quando se nega a surdez como deficiência e se tira o direito da pessoa surda severa e profunda de aprender de forma diferenciada, eficiente e eficaz, quando

afirmam, equivocadamente, com princípios ideológicos baseados em políticas afirmativas e segregacionistas, que as pessoas surdas aprendem igual aos ouvintes ou que a aprendizagem da Libras é natural para as pessoas surdas. Daí mais uma vez perguntamos: Quem é o surdo deste discurso? Qual o nível de surdez, uni ou bilateral, idade pré ou pós-linguística que adquiriu a surdez e a qualidade das vivências construídas ao longo da vida?

Uma pessoa com surdez moderada a severa que utilize aparelho de amplificação sonora adquire a oralização sem maiores dificuldades e interage com o mundo naturalmente. Não se pode comparar nem igualar às pessoas, por exemplo, com surdez congênita profunda bilateral e sem residual. E nem por isto dizer que faz parte de uma “cultura surda” que deve ser vivenciada isoladamente distante da família ouvinte.

Então não se pode numa sala de aula definir como surdo aquele educando sinalizante sem que se tenha um registro memorial individual com nível de surdez definido para acompanhamento e evolução do processo de ensinagem e aprendizagem que é diferenciado para cada um.

Bibliografia

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, cognição visual e libras** : estabelecendo novos diálogos, 4ª ed., p. 453, 2014

SOLÉ, M. C. P. **O sujeito surdo e a psicanálise**: uma nova via de escuta. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p.183.